

**PROGRAMA: EXECUÇÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS IMPLANTADOS
SOB FINANCIAMENTO DO FUNDO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA**

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

Objetivos:

- a) *Integrar as diversas políticas públicas nacionais passíveis de aplicação em três assentamentos rurais financiados pelo Fundo de Terras e Reforma Agrária no Município de Boa Esperança/ES;*
- b) *Oportunizar a viabilidade e sustentabilidade sócio-econômica dos agricultores familiares envolvidos nos empreendimentos implantados em seus assentamentos rurais;*
- c) *Estabelecer o senso de cidadania, democracia e participação no ambiente em que atuam os beneficiários do financiamento citado;*
- d) *Disponibilizar oportunidades para obtenção de bens e meios de produção num ambiente caracterizado como "assentamento rural".*

Metas:

- a) *Apoiar o processo de aquisição de terras, sob financiamento, para 26 famílias de trabalhadores rurais;*
- b) *Oferecer complementação da infra-estrutura de produção e moradia para o público-alvo do Programa, viabilizando: a construção de dez unidades habitacionais; a construção de três açudes; a destoca e o preparo do solo em mais de 150,0 hectares; o repasse de aproximadamente 75.000 mudas de café conilon, 25.000 mudas de maracujá e 1.200 mudas de goiaba; o repasse de uma patrulha mecanizada completa (com trator e implementos); a implantação de uma unidade de telefonia via rádio;*
- c) *Disponibilizar a estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura para agenciamento da venda da produção agrícola oriunda dos assentamentos;*
- d) *Oferecer capacitação técnica com temática voltada ao associativismo e acompanhamento dos processos de gestão das três associações formadas;*
- e) *Oportunizar a participação de um representante das vinte e seis famílias assentadas, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;*
- f) *Incentivar a capacidade produtiva do público-alvo a fim de fazer com que sua renda familiar mensal seja superior a dois salários mínimos;*

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O Programa está fundamentado basicamente no apoio ao estabelecimento de vinte e seis famílias de trabalhadores rurais, ex-meeiros ou diaristas, em propriedades adquiridas pelos mesmos e, no monitoramento dos empreendimentos coletivos e individuais por eles assumidos. O início foi desencadeado a partir da identificação de três propriedades passíveis de venda, aptas à instalação dos assentamentos. A Prefeitura se incumbiu da negociação com os ex-proprietários, por meio da Agência local do extinto Banco da Terra. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura, iniciou o processo de identificação e pré-seleção dos possíveis beneficiários do programa. Após apresentação dos mesmos em audiência pública, para avaliação e ratificação dos nomes dos candidatos ao financiamento, deu-se como principiado o processo de instalação das famílias, sob o aval da Agência estadual do mesmo Banco. Diversas reuniões, com abordagem referente ao coletivismo e associativismo foram realizadas, em parceria com o INCAPER (órgão de extensão Estadual), Banco do Nordeste e a empresa elaboradora do projeto técnico, entre outras. Havia a necessidade de re-estruturação da propriedade (construção de residências para algumas famílias, barragens, etc.), escolha das atividades que seriam

exploradas, capacitação dos grupos sobre sua nova realidade (agora tornados “patrões”) e a necessidade de agirem coletivamente. A Prefeitura então envidou esforços para carrear parcerias com o Governo Federal e Estadual, de maneira a suprir as demandas apresentadas. Alguns recursos do PRONAF-Municípios foram abarcados para o Município e convertidos na aquisição de uma patrulha mecanizada, cabendo ao CMDRS decidir sobre seu repasse para o assentamento implantado, o que foi feito. Ainda na esfera do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, no âmbito da decisão sobre a aplicação dos recursos do PRONAF, decidiu-se sobre a instalação de uma unidade de telefonia na Comunidade recém-implantada, solucionando o problema de isolamento que seria uma ameaça. Enquanto isso os grupos, daqui em diante referidos como Associações, se engajaram em seus respectivos empreendimentos. Após um ciclo de treinamentos sobre operação de máquinas e implementos agrícolas, efetivaram o cultivo de feijão, obtendo da Prefeitura o apoio necessário ao beneficiamento e comercialização da safra, com custos assumidos até então pela mesma. Isto se fez necessário já que, por enquanto, não tinham fonte alguma de receita. Tem-se que comentar também que durante o período antecedente à colheita, as famílias de agricultores receberam cestas básicas, a título de auxílio. Note-se que, apesar do caráter relativamente assistencialista, estabeleceu-se uma estratégia de conclamar os beneficiários à assunção do compromisso de permanecer em suas propriedades, com a expectativa de alcançarem num futuro bem próximo (por ocasião do plantio das principais culturas - o maracujá e o café), sua autonomia, o que veio três ou quatro meses depois, e que perdura até hoje. Atualmente todas as famílias têm sua casa já construída (via PSH RURAL), participam ativamente das decisões tomadas pelo CMDRS e efetivamente encarnaram o espírito empreendedor cidadão.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

A prática ora apresentada segue os princípios definidos num Programa mais amplo, elaborado originalmente pelo atual administrador Municipal nos idos de 1964, hoje atualizado, denominado “Projeto Um Novo Mundo Rural”. Nele, trabalha-se com a idéia de fortalecimento da agricultura familiar, através de um enfoque multidisciplinar às ações implementadas pelo poder público, abrangendo tanto os aspectos do complexo agropecuário propriamente dito, quanto as questões sociais paralelas e complementares à satisfação das necessidades do meio rural. Sua co-relação com o programa aqui descrito é aparente, na medida em que têm-se cumpridas algumas diretrizes conceituais, a saber, 1- Montagem (ou melhoramento) de infra-estrutura adequada ao atendimento de todas as necessidades sociais (habitacionais, educacionais, de saúde, etc.) de forma a proporcionar o estabelecimento dos trabalhadores nas respectivas regiões (Centros de Irradiação) em que trabalham; 2- Fomento à diversificação nas atividades agropecuárias exploradas no Município com base num zoneamento agrícola, resultará em demanda intensiva por mão-de-obra distribuída em todos os meses do ano; 3- Inserção dos pequenos agricultores nas cadeias produtivas existentes ou a ser implementadas, através de estratégias fundamentadas no cooperativismo e no associativismo e; 4- Montagem de Infra-estrutura, incluindo Postos telefônicos, Patrulhas Mecanizadas, etc, de modo a proporcionar autonomia às Associações dos Centros de Irradiação para que seja dado atendimento às necessidades dos sistemas produtivos e da população como um todo. Além disto, merece destaque a apropriação efetivada pelo presente programa, de algumas importantes estratégias de suprimento das demandas populares, tais como o Banco da Terra, o Pronaf e o PSH-Rural, o Luz para Todos, entre outros, até porque é premissa do projeto promover a integração de todos estas políticas e aplicá-las suplementar e coerentemente.

- 4. Público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa?**

O público-alvo do Programa é o segmento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, incluindo os beneficiários de financiamento pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária e os demais trabalhadores (homens e mulheres) rurais em geral da região do entorno do empreendimento financiado pelos primeiros. Atualmente, o público-alvo é coincidente com os beneficiários diretos do programa. Como a abrangência do programa é familiar, tem-se que a proporção de homens em relação às mulheres é igual, ou seja, 50 % para ambos. Note-se também que, no aspecto do envolvimento nas atividades produtivas, as culturas selecionadas (maracujá, café, etc) para serem trabalhadas são apropriadas para aplicação de mão-de-obra indistintamente, sem diferenciação de gênero. Aliás, no caso do maracujá, cultura atualmente explorada, a força feminina é preferencial para os principais serviços (polinização e colheita). Por ser um programa direcionado para assentamentos, infere-se que a totalidade da clientela é atendida em todo o seu potencial. A seleção dos beneficiários, numa instância, foi feita com a participação do CMDRS local; noutra fase, a de absorção da mão de obra para trabalho nas lavouras fomentadas, a seleção é feita pelos próprios agricultores assentados; a Prefeitura, a partir da indicação destes, promove cursos/capacitações em uma unidade construída com recursos do PRONAF-Municípios (ou Infra-estrutura), de modo a incrementar a capacidade produtiva dos trabalhadores.

- 5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?**

Os custos para o desenvolvimento do Programa, em realidade, foram e vêm sendo assumidos por todos os participantes, de diferentes formas. O total geral destes recursos, desconsiderando-se o que foi financiado pelos beneficiários(), importa em R\$ 186.000,00 (Cento e oitenta e seis mil reais). A seguir, relacionam-se estes custos conforme caracterização específica.*

a)() Recursos financiados (aplicados no início do Programa) (2003): Os beneficiários contraíram o financiamento para aquisição de suas propriedades e investimento na estrutura produtiva, correspondente a aproximadamente R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) – Fonte: Banco do Brasil/Fundo de Terras e da Reforma Agrária;*

b) Recursos aplicados pelos parceiros: Secretaria de Estado da Agricultura do ES (2005) – R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), referente à parceria para construção, via PSH rural, de dez casas na comunidade beneficiária e distribuição de mudas; Governo Federal (MDA/Pronaf Municípios) (2003) – R\$ 66.500,00 (Sessenta e seis mil e quinhentos reais) referente a aquisição de patrulha mecanizada e central de telefonia; Governo Federal (CAIXA/PSH rural) (2005) – R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) referente a construção de dez casas.

c) Recursos aplicados pela Prefeitura de Boas Esperança (órgão responsável pela inscrição do Programa): (2003) – R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) referente a construção de barragens, contrapartida para aquisição de equipamentos e máquinas, destoca dos terrenos, preparo de solo, cursos, assistência técnica, cestas alimentares básicas, logística e mudas; (2004)

– R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais) referente a destoca de terrenos, preparo de solo, assistência técnica, cursos, logística e mudas; (2005) – R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) referente a contrapartida para construção de nove casas.

QUADRO 1- Percentuais aplicados/fontes:

ANO	PREF. BOA ESPERANÇA/ES		GOV. ESTADUAL/ES		GOV. FEDERAL	
2003	37.000,00	35,7 %	-	-	66.500,00	64,3 %
2004	10.500,00	100 %	-	-	-	-
2005	10.000,00	13,9 %	17.000,00	23,6 %	45.000,00	62,5 %

Percentual da receita orçamentária da Prefeitura Municipal de Boa Esperança/ES utilizado no Programa:

2003 – 0,0039 %
2004 – 0,0015 %
2005 – (sem dados da receita)

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

Na fase operativa do programa (desconsiderando, talvez equivocadamente, que o próprio público beneficiário também o é), envolvem-se os agentes da Prefeitura e do CMDRS local, o que totaliza 23 pessoas. Entre estas, tem-se 04 (quatro) mulheres e 16 (Dezesseis) homens implicados na execução do programa e 03 (três) homens com funções diretivas.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

- Banco do Brasil (Agência de Boa Esperança – ES) – Agente financeiro intermediador do Fundo de Terras e Reforma Agrária/Banco da Terra e do PRONAF, repassou o crédito ao público beneficiário do programa para aquisição das terras, formação dos assentamentos e investimentos. Sua atuação equivaleu, além do empréstimo propriamente dito, à análise dos projetos de crédito e fiscalização dos empreendimentos;

- Governo do Estado do Espírito Santo – Desempenhou, no início do processo, através da Agência estadual do Banco da Terra (vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura) a função de análise e aprovação dos projetos de aquisição das terras e, implantação dos assentamentos. Após, por convênio com a Prefeitura de Boa Esperança, participou financeiramente da execução do projeto de construção de dez unidades habitacionais no local. Além disso, durante todo o processo, vem disponibilizando um técnico lotado no escritório local do órgão estadual de assistência técnica (INCAPER), de forma a oferecer extensão rural e suporte às atividades produtivas desenvolvidas no assentamento;

- Banco do Nordeste – Promoveu, por meio de duas agentes de desenvolvimento regional, um curso de capacitação com temática associativista;

- Caixa Econômica Federal – Agenciou o repasse de recursos do PRONAF-Infra-estrutura/MDA para a Prefeitura local, através do que foram adquiridos os equipamentos e máquinas posteriormente repassados às Associações dos assentamentos. Viabilizou também, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Boa Esperança, o repasse de recursos para execução do PSH rural, contemplando dez famílias com unidades habitacionais;

- CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) – Avalizou a habilitação dos agricultores para que estes obtivessem o financiamento para aquisição das terras onde se instalaram os assentamentos. Desempenha o papel de animador do processo de participação dos

agricultores no próprio Conselho. Deliberou sobre o repasse dos equipamentos oriundos do PRONAF para os assentamentos.

- Sindicato de Trabalhadores Rurais de Boa Esperança – Participou da fase de identificação das propriedades onde seriam implantados os assentamentos e da mobilização e seleção dos agricultores beneficiários;

- Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança – Avalizou a criação da Agência do Banco da Terra e autorizou a execução das despesas referentes à implantação do Programa PSH rural no Município.

- Prefeitura Municipal de Boa Esperança – Promoveu a articulação ente todas as entidades participantes, desencadeando a assunção de responsabilidades para todos, ora assumindo posição assistencial ou financiadora (casos dos investimentos na re-estruturação das propriedades-alvo, do PSH rural, do PRONAF Infra-Estrutura, entre outros), ora captando recursos externos para aplicação na prática aqui referida. Fomentou, apropriando-se das estratégias do programa municipal específico (Programa Um Novo Mundo Rural), a diversificação das atividades agroprodutivas nos assentamentos-alvo, repassando insumos, instruções técnicas e apoiando a fase de comercialização, incitando ainda a sensibilização dos agricultores acerca das vantagens táticas resultantes da agregação de forças e esforços.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

A participação de parte do público-alvo (os empreendedores assentados) no Programa se dá na medida da atuação de um representante comum aos três assentamentos no CMDRS. A partir dessa participação, podem apresentar suas demandas, o que por consequência tem resultado em benefícios indiretos extensíveis à população do entorno de seus empreendimentos (trabalhadores prestadores de serviços aos assentamentos). Esta estratégia segue a lógica de inserir agentes ativos (os assentados), hoje transformados em exemplos, nas instâncias de deliberação local (o CMDRS), ativando seu poder representativo para que possam angariar soluções e replicar suas experiências em outras comunidades.

Outro aspecto que demonstra a participação coletiva dos beneficiários é a modalidade coletiva de execução das obras implementadas nos assentamentos. As obras de construção das barragens, assim como das casas nas comunidades/assentamentos, contaram com mão-de-obra dos próprios beneficiários.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

A Prática foi arquitetada a partir da sensibilidade socialista do atual administrador municipal, tido como um dos precursores de idéias como “orçamento participativo”, “administração comunitária” e “mutirão”. Por oportunidade do lançamento do programa federal do Banco da Terra, em 2002, o Prefeito (Sr. Amaro Covre) contactou o Governo Estadual para informar-se sobre a possibilidade de implantá-lo em seu Município, Boa Esperança. O Governo mostrou-se reticente, por razões óbvias, até então: a região tinha tradição cafeeira arraigada; outras culturas não haviam demonstrado sucesso, imaginava-se, por inabilidade dos agricultores; e a crise do setor cafeeiro já era corrente; os assentamentos formais do INCRA na região demonstravam insolvência, por estes e outros motivos vários. Havia insegurança em iniciar um processo de diversificação agrícola na região. Por fim, após muita insistência e, baseado num pequeno, porém, ousado projeto, contemplando apenas uma família, conseguiu-se a implantação do primeiro empreendimento com formato de assentamento financiado do Norte capixaba. A viabilidade deste projeto-piloto saltou à vista e se transformou em modelo para outros pequenos produtores rurais da região. No final do mesmo ano, atento a outra oportunidade, agora com possibilidade de atendimento a mais famílias de uma só

vez, iniciou-se a mobilização que redundaria, meses depois, na implantação de três projetos similares, atendendo agricultores ameaçados pelo desemprego gerado pela crise do café.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

Etapas-chave:

1 – Identificação das propriedades passíveis de serem adquiridas para implementação dos assentamentos;

2 – Seleção, em audiência pública, das 26 (vinte e seis) das famílias candidatas a serem contempladas. Isto ocorreu por intermédio de ação conjunta envolvendo a Prefeitura, as agências Estadual e Municipal do Banco da Terra, a Câmara de Vereadores, o INCAPER, o Sindicato de trabalhadores Rurais e o CMDRS;

3 – Elaboração dos projetos de aquisição das terras e investimento produtivo. O Projeto produtivo foi confeccionado com base no Programa de Diversificação Agrícola da Prefeitura;

4 – Aprovação dos projetos e implantação dos assentamentos;

5 – Capacitação do público-alvo assentado e formação de três associações, envolvendo os homens e as mulheres, inclusive na composição das diretorias das mesmas;

6 – Re-estruturação das propriedades, assinatura de comodatos para repasse de máquinas e equipamentos e implantação das lavouras coletivas e individuais;

7 – Nomeação de membro das associações para representação junto ao CMDRS local.

8 – Implementação do PSH rural nos assentamentos – estabelecimento de condições de fixação de todas as famílias nos assentamentos.

A modificação fundamental ocorrida desde a implantação do Programa está relacionada à sensibilização dos agricultores e agricultoras acerca de sua capacidade empreendedora e de seus direitos inerentes à cidadania. Atualmente os grupos mantêm contratos comerciais com compradores de seus produtos. Está em curso um Programa de produção e compra direta local para fornecimento ao mercado institucional local (escolas, creches e hospital).

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Problemas iniciais ligados à descrença da modalidade coletiva de trabalho, aliado a morosidade de aprovação do projeto de aquisição das terras, ocorreram simultaneamente à substituição dos "cabecas" destas idéias negativas. Um período de escassez de chuvas na região também causou dificuldades. O período eleitoral ocorrido numa das etapas do programa também expôs os grupos ao enfrentamento de debates ideológicos. Havia um candidato à vereador, associado a um dos grupos, que, após a derrota no pleito, solicitou sua substituição, no que foi atendido. O período eleitoral também causou constrangimentos na época em que o PSH deveria ser implantado.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

A avaliação do programa vem sendo feita a partir do monitoramento, por parte da Prefeitura, das atividades desenvolvidas nos assentamentos e das demandas apresentadas nas reuniões do CMDRS. Estas tomadas tem sido como referência, na medida em são expressão do grau de complexidade e organização das comunidades assentadas. A avaliação econômica dos empreendimentos se dá através da análise de dados oriundos do Núcleo de Tributação da Prefeitura, por onde tramitam informações fiscais relativas à dinâmica comercial dos negócios dos

grupos. O pagamento dos compromissos assumidos perante o Agente Financiador, referente aos empréstimos tomados e o nível de absorção de mão-de-obra da região de entorno dos empreendimentos também são utilizados como parâmetro para análise da viabilidade e sucesso do programa.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A conquista mais importante é sem dúvida a adoção, por parte dos beneficiários, de uma postura cidadã que considera os seus direitos (à moradia, trabalho, crédito, condições de produção, participação em decisões, entre outras) e deveres (responsabilidades sociais, fiscais, etc.), dentro de um contexto coletivista, agregando toda e qualquer opinião às decisões que dizem respeito aos seus grupos e ao Município como um todo.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

A inovação, sob o ponto de vista da atuação do poder público, é a assunção pela Prefeitura Municipal, dos processos de sugestão, monitoramento das atividades produtivas e estruturação básica do espaço ocupado pelo público-alvo. Para tanto a Prefeitura oportunizou a ampla participação popular nas ocasiões de tomada de decisão e providenciou a execução de programas e políticas públicas variadas direcionando-as para o local-objeto deste projeto, integrando programas habitacionais (PSH-Rural – Programa de subsídio à habitação de interesse social), de desenvolvimento rural (PRONAF infra-estrutura) e instrucionais, às ações desencadeadas pela Municipalidade. Noutro aspecto, a inovação da prática diz respeito à inserção de agricultores de economia familiar em cadeias de produção tradicionalmente dominadas por grandes empresas agrícolas, como é o caso da cadeia frutícola (maracujá).

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

O impacto do Programa sobre a situação de insegurança econômica é facilmente manifesto. As famílias, público-alvo do programa, oriundas do meio rural, encontravam-se ameaçadas pelo desemprego e visualizavam um destino urbano. Pessoas que antes do Programa não tinham sequer condições de obtenção de alimento para suas famílias, ou que dependiam de doações e auxílio assistencial, hoje geram emprego e renda para si e para outros.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

Dentre todos os impactos resultantes da prática, merece destaque o aumento do poder sócio-econômico alcançado pelos grupos. Os beneficiários saíram da condição de “trabalhadorese trabalhadoras rurais ameaçados” para a de “grupos empreendedores”. Provou-se que, mediante um apoio mínimo (e fundamental) do Poder público, em todas as esferas de governo, pode-se conseguir a reversão da tendência de êxodo rural existente em todo o país.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

Não participamos em ocasiões anteriores.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

A principal deficiência do programa na verdade se refere à pequena representatividade. Por se tratar de um Município pequeno (com 14.000 habitantes) e por ter, na prática, o envolvimento de apenas 26 famílias, não se conseguiu a publicidade necessária para sua replicação em empreendimentos similares.